



***RELATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO
NO ESTADO DE SANTA CATARINA***



**RELATÓRIO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO
NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Deputada Estadual Luciane Carminatti
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC

Wilsony Gonçalves
Assessor da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto
Responsável pela sistematização do relatório



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. A RESPOSTA DE SANTA CATARINA	6
3. ENCAMINHAMENTOS DESSES RELATÓRIO	7
4. CRONOLOGIA E LINKS DOS DEBATES DO ENSINO MÉDIO	10
5. PRINCIPAIS APONTAMENTOS	13
ANEXOS	17



1. INTRODUÇÃO

As discussões e propostas sobre a reestruturação do ensino médio no Estado de Santa Catarina não são recentes. Este debate transita entre o parlamento e a sociedade há 10 anos, em especial nas reuniões da Comissão de Educação Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa - ALESC.

A temática envolve muitas variáveis e, por isso, é um processo complexo que está inserido dentro do movimento de ampliação de direitos da educação básica, de um recente debate sobre garantias do seu financiamento, de preparação ao mundo do trabalho e, de forma especial, de direcionamento dos estudantes para o ensino técnico e superior, sem entrar nas idiossincrasias relacionadas às transformações da existência humana presentes nas vidas dos adolescentes e jovens.

Não bastasse toda a complexidade, este processo é diretamente afetado, em nível nacional, por rupturas políticas, por disputas envolvendo visões e projetos para a educação. De forma controversa, em 2017 é instituída a reforma do ensino médio através da Lei 13.415, reforçando as preocupações de educadores, estudantes, entidades e movimentos sociais catarinenses e brasileiros, no que tange às discussões sobre o assunto e os seus múltiplos desafios.

No ano de 2023, com a retomada do diálogo a nível nacional entre o governo federal e movimentos da sociedade, com a reestruturação plural das entidades e movimentos sociais junto ao Fórum Nacional de Educação – FNE e com a recuperação das relações democráticas na área da educação, o Ministério da Educação - MEC emitiu a portaria nº 399/2023, que “*Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio*”. Consulta Pública que tem como objetivo ouvir a sociedade, em especial as comunidades educacionais, para a coleta de subsídios que possibilitarão a tomada de decisões pelo MEC, no que concernem aos atos normativos sobre o ensino médio.

Nesta direção, a Comissão de Educação Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa – ALESC tem chamado educadores, estudantes, entidades e movimentos sociais catarinenses para conversar e identificar as plurais realidades da educação no estado. Debatendo com os atores educacionais, é possível elencar e relacionar a falta

de condições reais pressupostas da educação, identificando as particularidades socioeducacionais implícitas aos processos de ensino e aprendizagem, assim como na premissa da transformação da vida social destes estudantes, por meio do processo formativo da educação e do importante vínculo no convívio destes, na pluralidade das escolas na sociedade contemporânea.

Com este debate - amplo e plural - é possível identificar as reais condições deficitárias de infraestrutura das escolas, os desafios relacionados do acesso ao currículo e a urgência na valorização da carreira dos profissionais do magistério. Também foi possível identificar os efeitos produzidos com a precarização nas relações sociais e de aprendizado com a mercantilização da educação, a redução do número de estudantes de escolas públicas no ingresso ao ensino superior, a falta de dispositivos de gestão democrática, a carente autonomia estudantil e a urgente ampliação, controle e transparência do financiamento público. Elementos que se somam ao acúmulo histórico, ao capital conceitual produzido pelos atores sociais que norteiam e identificam as características do projeto de educação básica que temos, apontam quais caminhos queremos percorrer e as propostas para o ensino médio.

Para tanto, foram chamadas reuniões públicas abertas para a possibilidade de apresentação de questões da realidade das escolas, de relações de trabalho docente, das valorizações dos saberes, da inclusão e equidade, bem como dos efeitos pós-pandemia. Possibilitou também a exposição de relatos e o protocolo de relatórios que contribuem para a caracterização da realidade da educação catarinense e que possam oferecer subsídios ao debate nacional sobre o ensino médio.

Assim, seguem neste relatório as contribuições realizadas no período de três meses (observando a portaria nº 399/2023 do MEC) em Santa Catarina, que foram apresentadas em três momentos:

- Audiência Pública regional, realizada no Município de Pinhalzinho/SC, no oeste catarinense, no dia 18/05/2023;
- Audiência Pública Estadual realizada no Plenário da ALESC, no Município de Florianópolis/SC, no dia 30/05/2023.



2. A RESPOSTA DE SANTA CATARINA

Cabe destacar que no conjunto de reuniões e audiências realizadas no âmbito do Estado de Santa Catarina referente ao tema do ensino médio, e que, mesmo havendo construções válidas e aprendizados nesse percurso (proposta iniciada com a Lei nº 13.415/2017), nas diversas tentativas de elaboração de currículos pelas redes educacionais, há notoriamente muito mais efeitos negativos que positivos.

Tais efeitos, ainda que já percebidos, podem alcançar dimensões pouco mensuráveis que se materializariam, de imediato, na ampliação das desigualdades educacionais. Nesse sentido, os relatos e relatórios acolhidos neste período de consulta, apontam para o agravamento das condições, já desiguais, de ensino e aprendizagem, dentre os quais, os mais evidentes sejam a precarização nas relações de trabalho e do currículo, também sobre os possíveis efeitos relacionados ao abandono e a evasão dos estudantes, bem como a redução do número de estudantes de escolas públicas que ingressam no ensino superior, por terem concorrido em desigualdade de condições.

Assim, no Estado de Santa Catarina, o conjunto das escutas nas diversas participações da sociedade - estudantes, profissionais da educação, entidades e movimentos sociais - nas Audiências Públicas e os materiais produzidos a partir de diagnósticos, pesquisas, relatos e relatórios, contribuíram para a identificação da realidade da educação catarinense, bem como, ofereceram subsídios ao debate nacional de consulta e para as tomadas de decisões Ministério da Educação, no que concernem aos atos normativos que vão rever, ajustar, alterar e/ou regulamentar o ensino médio, com vista a portaria nº 399/2023, que "*Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio*".

Em Santa Catarina, o conjunto da comunidade educacional (estudantes, profissionais da educação, entidades e movimentos sociais), conforme aponta este documento, respondeu à consulta pública realizada pelo Ministério da Educação sobre a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, nos moldes instituídos na Lei nº 13.415/2017, e apresentou consenso para a *“REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO!*

3. ENCAMINHAMENTOS DESSES RELATÓRIO

Para a deputada estadual Luciane Carminatti - Presidente da Comissão de Educação Cultura e Desporto da Alesc, a lição que fica é que, toda a proposta educacional construída sem a participação de professores, de estudantes e sem financiamento, só com discurso, só no papel, está fadada ao fracasso. ***“Mas que, com o debate plural, responsabilidade social, respeito aos estudantes e aos trabalhadores em educação, com financiamento público e transparência, o ensino médio tem SIM como dar certo!”***

Nesta direção, compõem também este material os relatórios apresentados e produzidos pelo conjunto dos debates no Estado, a saber:

- Cronologia e links referentes a debates relacionados ao ensino médio no Estado de Santa Catarina, com a participação da Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa - ALESC;
- Link do vídeo dos 10 anos de iniciativas e discussões sobre o ensino médio em Santa Catarina coordenados pela Deputada Luciane Carminatti;
- Principais apontamentos identificados nestas Audiências, em atenção à consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio do MEC;

Anexo a este relatório seguem os documentos apresentados pela entidades e movimentos sociais nas Audiências:

1. Impactos da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina Entidade Responsável: Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE-SC;



2. Impacto da expansão do tempo integral sobre as matrículas de ensino médio - Laboratório de Ensino e Material Didático (DG/FFLCH/USP) - Rede Escola Pública Universidade;
3. Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - FORUMDIR;
4. Manifesto do Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação CED da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;
5. Reflexões e ações para (re)pensar a Reforma do Ensino Médio;
6. A escolaridade da população jovem, adulta e idosa em santa catarina e as demandas potenciais de matrícula na EJA;
7. Licenciaturas Integradas UNESCO;
8. Relatório, monitoramento e apontamentos sobre o ensino médio do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina - PEE/SC
9. Ata da Audiência Pública Estadual realizada na ALESC, no dia 30/05/2023.



NOSSAS TAREFAS

PELA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Elaborar uma manifestação e enviar pelo nosso site para ser anexada ao documento de SC ao MEC

lucianecarminatti.com.br

Responder as 11 questões da consulta pública do MEC

gov.br/mec

Cadastrar-se para continuar recebendo os conteúdos do nosso movimento coletivo pela revogação

pelo link da bio aqui do insta

Compartilhar os nossos próximos posts desta semana para repercutir as vozes da audiência pública ok

lucianecarminatti.com.br





4. CRONOLOGIA E LINKS DOS DEBATES DO ENSINO MÉDIO EM SC

Cronologia e links, referentes a debates relacionados ao ensino médio no Estado de Santa Catarina, com participação da Comissões de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa - ALESC;

VÍDEO DOS 10 ANOS de iniciativas e discussões sobre o ensino médio em Santa Catarina, coordenados pela Deputada Luciane Carminatti

<https://youtu.be/sh8qsNhGE3Q>

ANO DE 2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA - sobre MP da reforma do ensino médio é encerrada após protestos - 07/11/2016

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/audiencia-sobre-mp-do-ensino-medio-e-encerrada-apos-protestos

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/foto_noticia_single/audiencia-publica-sobre-propostas-de-mudancas-no-ensino-medio

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/audiencia-publica-nessa-segunda-7-vai-discutir-reforma-do-ensino-medio

Na tribuna, presidente da UCE defende movimento nas escolas - 10/11/2016

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/presidente-da-uce-defende-movimento-de-ocupacao-de-escolas

ANO DE 2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA - colhe sugestões para texto da base nacional curricular do ensino médio -14/05/2018

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/tval/noticia_single_tval/audiencia-publica-colhe-sugestoes-para-texto-da-base-nacional-curricular-do



https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/tval/noticia_single_tval/florianopolis-sedia-audiencia-publica-sobre-bncc-do-ensino-medio

ANO DE 2019

AUDIÊNCIA PÚBLICA - Implantação do próximo ano letivo do Novo Ensino Médio na Rede Pública - 12/12/2019

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/foto_noticia_single/audiencia-publica-implantacao-do-proximo-ano-letivo-do-novo-ensino-medio-n

ANO DE 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA - discute realidade do novo ensino médio em SC - 11/11/2021

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/tval/noticia_single_tval/audiencia-publica-discute-a-implantacao-do-novo-ensino-medio-em-sc-camila

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/implantacao-do-novo-ensino-medio-e-tema-de-audiencia-publica-na-alesc

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/audiencia-publica-debate-implantacao-do-novo-ensino-medio-na-rede-estadual

ANO DE 2023

AUDIÊNCIA PÚBLICA – No Município de Pinhalzinho, para debater o novo ensino médio - 18/05/2023

<https://www.youtube.com/watch?v=vScgSYbfndk>

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/tval/noticia_single_tval/pinhalzinho-recebe-audiencia-publica-que-discute-rodovias-do-oeste



https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/comissao-de-educacao-debate-novo-ensino-medio-em-pinhazinho

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/comissao-de-educacao-debate

AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLENÁRIO DA ALESC DEBATE SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO - 30/05/2023

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02P6JYVvk19Ur5CxXMR639s7Eg72QXA1r46uuU42PTro1udjrZ2Cq534xEfUWLPGzyDI&id=100044478097741&mibextid=Nif5oz

<https://www.youtube.com/watch?v=xCxi0QYSJt0&t=11s>

<https://www.youtube.com/watch?v=xCxi0QYSJt0>

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/foto_noticia_single/audiencia-publica-para-discutir-a-implantacao-do-novo-ensino-medio

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/comunidade-escolar-e-especialistas-querem-revogacao-da-lei-que-criou-novo

https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/luciane-promove-audiencia-para-debater-novo-ensino-medio-com-sociedade-cata

5. PRINCIPAIS APONTAMENTOS

A comunidade educacional catarinense (estudantes, profissionais da educação, entidades e movimentos sociais), no conjunto das audiências públicas, que por meio de exposições e relatos, bem como na apresentação de relatórios, contribuem para a caracterização da realidade da educação catarinense, bem como, buscam oferecer subsídios ao debate nacional sobre ensino médio. **Assim, segue alguns tópicos que os relatórios anexos desenrolam, e que, manifestam de forma inequívoca a posição pela revogação da Lei nº. 13415/2017.**

- Retira das referências curriculares importantes conquistas, eliminando dos currículos áreas fundamentais para a formação crítica e cidadã (como Filosofia, Sociologia). **Com a diminuição da carga horária dos componentes curriculares da área de Ciências Humanas** demonstra uma percepção de educação voltada exclusivamente à inserção no mundo do trabalho, assim como a ausência de **uma perspectiva crítica de mundo, condição formativa essa que reduz, a longo prazo, as supostas escolhas propagadas pela proposta da Lei nº. 13415/2017.**
- A proposta de itinerários formativos, “*elemento-chave*” do chamado Novo Ensino Médio, **desconsidera o fato de que, em mais de 80% dos municípios há somente uma escola pública de ensino médio;**
- A liberdade de opção para a escolha da área de formação, que “supostamente” os estudantes teriam, **esbarra na falta de oferta itinerários formativos, que se soma ao problema de oferta de opções formativas na maioria das escolas,** que não possuem as condições materiais para atender as demanda de infraestrutura;
- Escolas que não tem sala de aula suficientes para o período regular, e ainda apresentam problemas estruturais nos refeitórios, banheiros, espaços de circulação comum. Ausência de faltam equipamentos de cultura e esporte, laboratórios e bibliotecas em praticamente todas as escolas, ou seja, **não houve as adequações físicas necessárias (que foram prometidas) para a implantação do novo ensino médio;**



- A implantação do novo ensino médio não garantiu **a realização planejamento coletivo semanal, de tempo para cumprimento de hora atividade**, infraestrutura, precárias ou inexistentes espaços para realização do planejamento de aula, e por fim, **não há processos de formação continuada**;
- A proposta desenvolvida pela Lei nº. 13.415/2017, **não converge com as metas dos planos de educação relacionados à ampliação do tempo integral**, pois o percentual de estudantes no tempo integral é de apenas 14% , muito distante da meta de 40%, bem como, quanto ao percentual de escolas públicas da Educação Básica que têm pelo menos 25% dos estudantes da educação integral cursando a modalidade está em 32% bem longe da meta de 65% estabelecida pelo Plano Estadual de Educação de Santa Catarina - PEE/SC;
- Conforme o Censo Escolar 2021 e 2022, as escolas de Santa Catarina **enfrentam graves problemas de infraestrutura**, como: 31 mil estudantes são atendidos em escola sem água potável; 91 mil estudantes não têm um laboratório de informática; 173 mil estudantes não têm quadra, nem coberta nem descoberta; mais de 500 mil estudantes não têm psicólogos e assistentes sociais nas escolas (previsto na lei a Lei 13.935/2019; cerca de 1000 escolas não possuem laboratório de ciências; 244 escolas não possuem biblioteca; 549 escolas não têm ao menos um bibliotecário/auxiliar de biblioteca ou monitor de leitura na escola;
- Conforme a Secretaria de Estado da Educação, sete (07) em cada dez (10) escolas estaduais têm **problemas na infraestrutura da rede elétrica** que impedem o uso da lousa digital e do ar-condicionado;
- Os profissionais do magistério estadual estão sem ganho real, apesar das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação, **o salário dos professores da rede estadual não chega a 80% do salário de outros profissionais com diploma equivalente. Além disso, mais de 60% do quadro atual é formado por contratos temporários, precarizando as relações de trabalho e inviabilizando o planejamento coletivo**;



- Necessidade de **revisão da condição do notório** saber que aparece no documento como possibilidade e potencialidade, sem críticas ou sugestões de regras claras a respeito dessa prática;
- Na prática houve a **redução na carga horária total de conteúdos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC**, destinada à Formação Geral e a inclusão de propostas de Projeto de Vida, sem uma finalidade objetiva ;
- A organização curricular em grandes áreas do conhecimento, na prática **não promove um currículo integrado** – conforme se propunha a ideia original do novo ensino médio – a imposição de uma divisão em “áreas do conhecimento” **promoveu a perda da identidade epistemológica de importantes componentes curriculares** que, consolidados como campos dos saberes específicos, ao serem transpostos didaticamente para a escola se convertem historicamente em saberes escolares próprios com suas especificidades, e que se perderam diante da fluidez das chamadas “áreas do conhecimento”;
- O Exame Nacional do Ensino Médio: **a necessidade de elaboração de novas matrizes e a inviabilidade do novo modelo** proposto;
- **A divergência com os processos de formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura)**. Falta de formação continuada, articulando ambas formações em torno de uma concepção de docência, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares;
- **A disparidade entre a educação pública e privada**, distanciamento que, a partir do NEM, só aumenta. Tanto a estrutura física quanto a possibilidade efetiva de escolhas por parte dos/as alunos/as aprofundam ainda mais o abismo entre os/as estudantes das duas redes;
- Problemas de reconhecimento das aprendizagens realizadas pela modalidade de EAD para a integralização curricular. Enfatizando **a realidade das escolas que ofertam o NEM, grande parte não tem acesso à internet e não há professores formados para trabalhar a partir de tal modalidade** na Educação Básica;

- O estado de Santa Catarina com relação ao EM, especificamente a meta 3 trata da população de 15 a 17 anos. A meta 3 define “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no EM para 90%”. **Os dados abaixo mostram a fragilidade das políticas públicas num período desete anos da aprovação dos Planos de Educação, fazendo a correlação com anos anteriores;**
- No ano de 2021, o Estado de Santa Catarina registrou 12.538 pessoas NÃO haviam concluído a Educação Básica em SC. **Também 56.640 jovens de 15 a 17 anos de idade NÃO frequentavam o Ensino Médio e NÃO haviam concluído a Educação Básica.**
- **A imposição de pressupostos (superficiais) nas práticas educacionais**, a exemplo do empreendedorismo, da autonomia financeira, da individualização ao passo que enfraquece a formação crítica, a pluralidade cultural e o currículo da Educação Básica;
- **Os itinerários formativos de forma geral, não entendem os “projetos de vida” das juventudes.** Ou a proposta é atender os interesses do mercado de trabalho? Como o Estado pretende monitorar e avaliar o processo de implementação dos itinerários formativos nos “projetos de vida”? Quem será responsabilizado caso as metas não sejam alcançadas como o desejado?
- **A experiência aplicada até aqui é relatado pelos estudantes como cansativa / exaustiva**, ao ter que passar tantas matérias que não está agregando conhecimento científico, agregando cultura, consciência crítica e contribuindo para a formação acadêmica;

ANEXOS

1. Impactos da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina Entidade Responsável: Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE-SC;
2. Impacto da expansão do tempo integral sobre as matrículas de ensino médio - Laboratório de Ensino e Material Didático (DG/FFLCH/USP) - Rede Escola Pública Universidade;
3. Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - FORUMDIR;
4. Manifesto do Conselho de Unidade do Centro de Ciências da Educação CED da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;
5. Reflexões e ações para (re)pensar a Reforma do Ensino Médio;
6. A escolaridade da população jovem, adulta e idosa em santa catarina e as demandas potenciais de matrícula na EJA;
7. Licenciaturas Integradas UNESCO;
8. Relatório, monitoramento e apontamentos sobre o ensino médio do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina - PEE/SC;
9. Registro das ações da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, sobre o debate do Ensino Médio; e
10. Ata da Audiência Pública Estadual realizada na ALESC, no dia 30/05/2023.